



A democracia no México

Rubén Aguilar Valenzuela

resumo

Ao término da fase armada da Revolução Mexicana (1910-1920), o grupo vencedor elabora um sistema político que permite dirimir o poder pela via institucional, que se caracteriza pelo presidencialismo, o partido de Estado e o corporativismo. Em 1977 inicia-se o processo da transição democrática, que termina em 2000, com triunfo do candidato opositor, Vicente Fox. Põe-se fim a 80 anos de um regime autoritário, mas nunca ditatorial. Hoje é uma realidade a intensa competitividade eleitoral. Agora a democracia mexicana se enfrenta com um conjunto de desafios maiores que é indispensável vencer, em curto tempo, para consolidar e aperfeiçoar o sistema. Três dos mais importantes são: acabar com a corrupção, reduzir os níveis de desigualdade social e ampliar os espaços de participação dos cidadãos.

Palavras-chave: transição; alternância; corrupção; desigualdade; bem-estar.

abstract

When the armed phase of the Mexican Revolution (1910-1920) came to an end, the winning group developed a political system which allowed for dissolving power institutionally, and which was characterized by a presidential system, a State party and corporatism. In 1977, a process of democratic transition was started; and it ended in 2000 with the victory of Vicente Fox, the opposing candidate. The 80-year-long period of an authoritarian, albeit not dictatorial, regime was ended. Today an intense electoral competitiveness is a reality. Now Mexican democracy is faced with an array of bigger challenges it needs to overcome in a short period of time to consolidate and streamline the system. Three of the biggest challenges are: rooting out corruption, reducing the levels of social inequality, and expanding spaces for citizen participation.

Keywords: transition; alternation; corruption; inequality; well-being.

A fase armada da Revolução Mexicana se estende de 1910 a 1920. Aqueles que a iniciam se enfrentam com uma ditadura, a do general Porfirio Díaz, que havia se mantido no poder por mais de 30 anos. Desse movimento social surge um movimento político elaborado e conduzido pelo grupo vencedor. Caracteriza-se por três elementos: o presidencialismo, o partido único ou de Estado e o corporativismo.

Esse modelo autoritário, que Mario Vargas Llosa chamou de “a ditadura perfeita”, permitiu dirimir o problema do poder pela via pacífica e institucional e também, no âmbito de certos limites, impulsionar o desenvolvimento do país. Os “revolucionários” se sucedem na presidência da República de maneira ininterrupta de 1920 a 2000. São 80 anos. É um caso único na América Latina e no mundo. Em 2000 são desalojados do poder pela via eleitoral. A disputa é ganha por Vicente Fox, um candidato opositor que convence a sociedade de que chegou o momento de colocar fim ao regime.

Em seguida, em linhas gerais, descreve-se o processo do que no México se chamou de a “transição democrática”, que termina com a chegada da alternância. São propostos alguns momentos-chave nesse processo e são apresentados os saldos da

vida democrática, com suas luzes e suas sombras. Na parte final, se esboça quais são os desafios da democracia mexicana frente ao futuro.

MOMENTOS-CHAVE

Na eleição presidencial de 1976 só houve um candidato à presidência do México: José López Portillo. Era membro do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que é fundado ao término da Revolução Mexicana e que, ao longo dos anos, teve três nomes. Nesse momento, o grupo no poder, que naquela época já estava há 50 anos contínuos na presidência, assume que é preciso introduzir mudanças no sistema político.

O presidente decide impulsionar a reforma eleitoral de 1977, sob a responsabilidade do político e intelectual Jesús Reyes Heróles. Assim se inicia o processo da “transição democrática” na lógica de legitimar o grupo no poder, para se perpetuar sob a divisa “mudar, para não mudar”. Finalmente, o processo é concluído quando o PRI, depois de oito décadas, perde a eleição para Vicente Fox, do Partido Ação Nacional (PAN).

Assim, a passagem do regime autoritário para o democrático vai da reforma eleitoral de 1977, que introduz certo nível de concorrência

RUBÉN AGUILAR VALENZUELA é professor de Ciência Política e Comunicação Governamental da Universidad Iberoamericana (México).

e contrapesos controlados, a 2000. Vale a pena ressaltar que, depois da revolução, o México não voltou a ter uma ditadura. A alternância na presidência põe fim a uma época da história moderna do país e abre um novo período que começa com o século XXI.

No transcurso desses 23 anos, são quatro as datas-chave: 1977, ano da reforma eleitoral que dará lugar a outras no curso desse mesmo tempo; 1997, quando o PRI perde o controle absoluto da Câmara dos Deputados pela primeira vez depois de 77 anos e só obtém a maioria simples (nesse momento termina a possibilidade de se fazer mudanças na Constituição); 1998, ano em que o PRI perde o primeiro governo no estado fronteiriço de Baixa Califórnia diante de Ernesto Ruffo, do PAN; e 2000, quando o PRI perde a presidência da República.

SALDOS DA DEMOCRACIA

As luzes

De 1997 até hoje, as mudanças no sistema político mexicano foram notáveis, mas em geral a sociedade, de curta memória histórica, não as reconhece ou as minimiza. A percepção generalizada é de que a democracia não trouxe consigo as mudanças que se queriam, que em muitos casos eram difíceis ou inclusive impossíveis. Reclama-se de o governo da alternância, o do presidente Fox, não ter realizado todas as transformações que o país requeria; inclusive por não ter acabado com o PRI. Do seu sucessor, o presidente Calderón, reclama-se ter permitido a volta do PRI.

A democracia, uma realidade dos últimos 20 anos, trouxe consigo algo simples, mas essencial ao regime democrático: a contagem dos votos. Dentro do peculiar e único modelo autoritário do PRI, era um órgão do governo, presidido pelo secretário de governo de turno, que desempenhava essa tarefa. O número de votantes e de votos era produzido por essa instância, à margem do que realmente acontecia na disputa eleitoral.

Em 1998 é constituído o Instituto Federal Eleitoral (IFE), hoje Instituto Nacional Eleito-

ral (INE), como um órgão autônomo com recursos próprios. A instituição organiza as eleições federais e foi peça-chave no processo de chegada e consolidação da democracia mexicana. Em 2000, a primeira vez que esse órgão “cidadaniza” a contagem dos votos, o PRI perde a presidência da República.

A contagem dos votos estabelece um real sistema de partidos e os coloca para disputar. Por oito décadas o PRI foi um partido único ou hegemônico, de acordo com certos analistas, e para outros, um partido de Estado à semelhança dos que existiram no socialismo real. Atualmente existem nove partidos nacionais e dezenas de partidos locais no âmbito estadual. Agora, três são competitivos: PRI, PAN e PRD. Cada um governa em alguns dos estados do país. Os partidos menores, nas eleições, fazem aliança com os maiores.

No México não existe a possibilidade de reeleição do presidente e dos governadores, que ficam no cargo por seis anos. À presidência de Vicente Fox (2000-2006) segue a de Felipe Calderón (2006-2012), ambos do PAN, e depois a de Enrique Peña Nieto (2012-2018), do PRI. Em 2016, das 32 entidades federativas que o país tem, o PRI ainda não perdeu em quatro (Hidalgo, Estado do México, Coahuila e Campeche); isso desde 1920. No resto, houve alternância no poder.

Expressão da nova pluralidade é também a composição das Câmaras de Senadores e Deputados. A primeira se elege a cada seis anos e é formada por 128 membros, que se distribuem assim: PRI, 52; PAN, 38; Partido da Revolução Democrática (PRD), 22; Partido Verde Ecologista do México (PVEM), 9; Partido do Trabalho, 5; Movimento Cidadão (MC) e Partido Nova Aliança (Panal), 1. A Câmara de Deputados se elege a cada três anos e é formada por 500 membros, que assim se distribuem: PRI, 208; PAN, 109; PRD, 60; PVEM, 42; Movimento de Regeneração Nacional (Morena), 36; MC, 24; Panal, 11; Partido Encontro Social (PES), 9; e um candidato independente. Hoje, nas duas Câmaras, nenhum partido tem a maioria absoluta. As mudanças constitucionais exigem a maioria absoluta e sempre se tem que pactuar. Isso ocorre desde 1997.

No presente, está em disputa a liderança da esquerda. Em 2013 o Partido da Revolução Democrática (PRD), fundado há 25 anos por Cuauhtémoc Cárdenas, filho do legendário presidente Lázaro Cárdenas, se divide como uma cisão do PRI. Cria-se, então, o Movimento de Regeneração Nacional (Morena), sob a liderança de Andrés López Obrador, que também foi priista. Em 2015 o Morena participa pela primeira vez de uma eleição federal. Esse agrupamento está crescendo e caminha para constituir uma real força nacional. López Obrador foi candidato à presidência em 2006 e 2012, pelo PRD, e em 2018 já anunciou que o será pelo Morena.

A democracia trouxe consigo uma real divisão dos poderes do Estado, antes todos concentrados na figura do presidente da República. Só a partir de 1997, como já foi dito, há um real Poder Legislativo. Anos atrás, quase todas as iniciativas vinham da presidência da República. Agora também o Poder Judiciário é realmente autônomo. Antes, nas ações, como no Congresso, comportava-se como um “escritório” do Poder Executivo.

Com a chegada da democracia e da disputa eleitoral, o país começa a se tornar realmente uma República Federal. A Constituição de 1917, que surge com a Revolução Mexicana, estabele-

ceu o federalismo, mas nos anos dos governos priistas operou como uma República Central. O presidente dava instruções aos governadores e tinha o direito de destituí-los. Isso já não é mais assim. Por sua vez, o federalismo trouxe consigo abusos no exercício do poder por parte de alguns governadores, que se traduzem, entre outros, num elevado endividamento público e em tendências autoritárias. Essa realidade se caracteriza como o surgimento de novos “vice-reinados”.

Uma das maiores conquistas da democracia é a evidente abertura no exercício da liberdade de expressão e de imprensa. A partir de 2000, se estabelece uma nova relação entre a mídia e o poder, que tem luzes e sombras. Com a volta do PRI, houve claros retrocessos. Como nunca antes, ampliam-se também os espaços de manifestação e participação cidadã. A opacidade, uma característica central do autoritarismo priista, entra em crise. Hoje em dia a sociedade está a par de tudo o que os políticos fazem, embora estes não gostem disso.

As sombras

As conquistas da democracia mexicana, as luzes, se enfrentam com as sombras. A ideia, sustentada por boa parte da sociedade, de que



a democracia ia resolver todos os problemas políticos, econômicos e sociais do México num passe de mágica não se podia cumprir. Embora se tenha avançado, continuam presentes muitos dos ancestrais problemas políticos, econômicos e sociais do país.

A corrupção continua sendo parte fundamental do sistema político. Em termos percentuais, não é maior do que antes, mas sim em termos absolutos, porque cresceu o tamanho da economia e dos recursos públicos. O que é novo é que a sociedade fica sabendo dos casos de corrupção. São novos também a condenação e o reclamo social dessa prática. Antes se assumia, com resignação, que a corrupção era inerente ao exercício da política. Isso já não é mais aceito. Não se admite tampouco a frivolidade dos políticos, que antes era vista como parte do folclore nacional.

A democracia tornou a sociedade mais crítica e mais exigente. Há um crescente repúdio à política e aos políticos. Estes, na nova realidade, não estiveram à altura dos novos tempos e estão cada vez mais distantes das expectativas cidadãos. A volta do PRI ao governo, que con-

tinua com suas velhas práticas e métodos, acelerou esse descrédito. A percepção é a de que todos os governantes, em particular os priistas, são corruptos e frívolos. O presidente Peña Nieto é o mais mal avaliado na história do país. Sua aprovação só chega a 30%, o que, para o México, é uma porcentagem muito baixa.

A pobreza e a desigualdade permanecem. Foram reduzidas, mas se mantêm como uma dívida histórica. A pobreza extrema, em números do Banco Mundial (BM), é de só 4,5%, mas na medição nacional, que é mais complexa e rigorosa, sobe para 18%. Mais de 40% da população vive em algum nível de pobreza. A chegada da democracia não acelerou a taxa de redução da pobreza e tampouco melhorou os níveis de distribuição da renda. A desigualdade ofensiva se mantém.

A renda *per capita* cresce, embora de maneira muito lenta, e há uma expansão real das classes médias. Estas, contudo, continuam vivendo em condições de fragilidade. Qualquer abalo na economia impacta sua situação e não se conseguiu as transformações que consolidem sua posição. Esses setores, cada vez mais educados e conscientes, manifestam de manei-

Marcos Santos/USP Imagens



ra crescente seu descontentamento e mal-estar com o estado das coisas, em nível tanto econômico e político quanto social.

Há décadas, de maneira sustentada, se mantém a ampliação da cobertura de serviços públicos, mas sua qualidade não melhorou no ritmo que se requer. Na democracia, houve reformas relevantes no sistema de saúde e agora também no de educação, mas ainda está muito longe de oferecer o nível buscado, sobretudo nas regiões mais pobres do país. A democracia tampouco elevou os gastos em pesquisa, inovação e desenvolvimento científico, que são fundamentais para dar um novo impulso às atividades produtivas.

No governo da alternância, o do presidente Fox, chegou-se ao menor nível de assassinatos dolosos por 100 mil habitantes na história do país. Os números vinham caindo desde o início dos anos 70. Ao assumir seu mandato, o presidente Calderón, que sucede a Fox, anuncia a “guerra” contra o narcotráfico em dezembro de 2006, em cadeia nacional de rádio e televisão. Os níveis de violência disparam e o índice de assassinatos dolosos por 100 mil habitantes passa de 8 para 22. Há um retrocesso de duas décadas. Os 100 mil assassinatos do sexênio influem de maneira decisiva em sua derrota e abrem espaço para que o PRI volte à presidência. No governo de Peña Nieto esses números se mantêm.

A democracia não acarretou mudanças relevantes para que a sociedade tivesse mais espaços de participação no projeto, execução e avaliação das políticas públicas. A diferença é uma maior fragmentação do poder e a entrada de novos atores políticos – mais partidos. Pela via dos feitos, a partidocracia se fortaleceu. As grandes discussões e acordos só ocorrem no âmbito fechado dos partidos. Embora seja verdade que antes só aconteciam no interior do partido hegemônico ou único – o PRI.

No campo dos direitos humanos houve avanços, mas ainda falta muito por alcançar. A chegada da democracia não significou uma mudança relevante em sua melhora. A volta do PRI implicou, inclusive, um retrocesso no que já se havia conquistado. As autoridades dos diferentes níveis continuam com a prática sistemática da tortura e os desaparecimentos

forçados continuam ocorrendo. Tampouco se conseguiu melhorar de maneira significativa o aparato de justiça. A impunidade chega a níveis superiores a 90%.

O FUTURO

O escritor Héctor Aguilar Camín descreve bem a situação que o país vive quando afirma que “a dissonância maior talvez seja que o governo do México tem um projeto de país de primeiro mundo, uma capacidade de execução de governo de terceiro mundo e um rechaço público de Estado ou país falido. Seus propósitos estão muito acima de seus resultados e seus resultados muito abaixo do que sua sociedade está disposta a tolerar”.

Há um crescente desajuste entre as expectativas da sociedade e o que o atual regime democrático oferece. Da parte da sociedade, sobretudo dos mais jovens, há raiva e decepção. Perde-se a esperança de que as coisas possam melhorar. Nesse contexto, a partir das exigências cidadãs, são seis os grandes desafios da democracia mexicana:

- 1) Criar um sistema institucional que faça valer a lei e castigue a corrupção. Em 2016, foram aprovadas, por uma grande maioria, as mudanças constitucionais necessárias para criar o Sistema Nacional Anticorrupção. O projeto e a aprovação das leis regulamentares avançam com lentidão. O PRI e o PVEM, seu aliado, tentam fazer com que estas sejam o menos exigentes possível. Antes que este ano termine, as leis serão aprovadas. A partir das mesmas, começará uma nova prática que deve pôr fim a décadas de impunidade. Só a pressão cidadã pode acelerar o processo. A grande maioria dos políticos não está interessada em que se avance com rapidez e profundidade.
- 2) Acelerar a redução da pobreza e consolidar a posição das classes médias. De um lado, implica gerar mais e melhores trabalhos e, de outro, ser mais assertivo no projeto e execução dos programas sociais voltados para combater a pobreza e melhorar as condições de vida da população. Isso implica ajustes no atual modelo de desenvolvimento e na

lógica com que são elaboradas e executadas as políticas públicas. Os ajustes devem contemplar o respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade.

- 3) Melhorar de maneira significativa o conjunto dos serviços públicos. Merecem especial atenção o sistema nacional de educação e de saúde. Por anos se fizeram valer privilégios inaceitáveis que urge eliminar. O bem-estar da população só vai ser incrementado de maneira significativa na medida em que ela dispuser de uma melhor e mais pertinente educação e acesso a uma saúde de melhor qualidade.
- 4) Ampliar as liberdades e direitos próprios do regime democrático. O sistema político deve abrir espaços para que a sociedade tenha uma maior participação no projeto, execução e avaliação das políticas públicas. A sociedade civil organizada deve crescer e se consolidar. O respeito irrestrito aos direitos humanos deve ser a norma e não a exceção.

A ideia norteadora é que deve haver mais e melhor democracia.

- 5) Reduzir os níveis de violência. É preciso recuperar a tendência histórica da diminuição dos homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Para isso, é preciso uma mudança na estratégia com que hoje se combate o crime organizado. Implica também considerar a legalização-regulação de todo o processo das drogas, da produção ao consumo.
- 6) Elevar a qualidade de vida. O objetivo central da sociedade democrática deve ser que a população viva melhor e seja mais feliz. A ação do governo, qualquer que seja sua ideologia, deve reger-se por esse grande propósito. Os novos políticos e a nova política só terão legitimidade se assumirem este encargo. Governa-se para pessoas com nome e sobrenome. Os grandes números, a estatística, devem sempre contemplar o rosto das pessoas de carne e osso.